

MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILENCIAMENTO NA FORMAÇÃO DISCURSIVA DA FAMÍLIA CRISTÃ EM TEMPOS DE CRISE POLÍTICA

Eduardo Henrique da Silva¹

Joseffer Maxi Maia Rodrigues²

Com base no aporte teórico proveniente dos estudos da Análise do Discurso Pêcheuxiana, postula-se que toda produção de discurso produzida pelos sujeitos é atravessada pela história, ideologia e inconsciente. Ademais, é também próprio das tramas da história produzir possíveis esquecimentos em alguns sentidos, tendo em vista que estes estão “sempre ‘administrados’, não estão soltos” (ORLANDI, 1997, p. 10). Para além disso, essa “administração” dos sentidos também se dá pelas forças do silenciamento, as quais também determinam o que e quem vai (ou não) produzir sentido, sendo este movimento de negação já significante (ORLANDI, 2007). Sob essa perspectiva teórica, este trabalho buscou analisar os efeitos do esquecimento e do silenciamento, na constituição de discursos que se inscrevem na Formação Discursiva cristã. Parte-se do pressuposto de que há, na história brasileira, momentos cíclicos em que as condições de produção dos discursos inscritos na Formação Discursiva da família cristã se repetem, explicitando, assim, uma memória discursiva.

Nosso *corpus* é formado por 2 cartazes datados das manifestações pré-1964, um cartaz de 2014, e a primeira votação, no plenário principal da câmara dos deputados, sobre a procedência do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Para analisar tal corpus, mobilizamos referenciais teóricos como Indursky (2011, 2013), em suas discussões sobre a memória coletiva e seus efeitos na história; as análises de Orlandi (1997, 1999, 2007) sobre o próprio norte para a análise do discurso e a sua conceituação sobre o processo de silenciamento, e Pêcheux (1966, 1999), com sua análise sobre a relação do sujeito, da ideologia, da história e do inconsciente, em seus papéis para a produção de sentido.

Assim, Pêcheux (1969) afirma que o discurso está no efeito de sentidos entre interlocutores, logo, os aspectos sociais e históricos são indissociáveis no discurso, levando em conta as condições de produção do próprio acontecimento discursivo. Isso significa considerar os sujeitos que produzem o discurso e a situação em que eles estão inseridos. Pois, como coloca Orlandi (1999, p.13), “se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante”. Sendo assim, para que se possa visualizar como as Formações Discursivas delimitam o que pode/deve ser dito, é necessário analisar as posições-sujeito que reverberam das próprias condições de produção do discurso em questão.

¹ Graduando em Letras/Português (UFPE); E-mail: profedudu2018@gmail.com

² Graduando em Letras/Português (UFPE); E-mail: maxi.maia.r@gmail.com.

Outro conceito que se mostra produtivo para a análise é o de memória discursiva, tendo em vista que não há uma origem do dizer, o dizível se sustenta no já-dito, no pré-construído (Orlandi, 1997, p.31), as práticas discursivas decorrem dessa memória, que, a depender de como ela se mostra, permite-nos perceber o que está por trás dos ditos. Já que a ideologia subjaz a todo acontecimento discursivo, norteador do dizível e causando determinados efeitos de sentido.

Considerando nossa SD1 (anexo 1), o próprio encadeamento linguístico já permite que iniciemos com os seguintes questionamentos: que família é essa? a que Deus ela serve? e de que essa família que serve a um Deus quer libertar-se? Já aqui, percebe-se o atravessamento de uma Formação Ideológica que se pauta na ideologia cristã, esta que forma uma noção de família, pois sabe-se que, em Gênesis, Deus criou o homem e a mulher para que se tornassem um só corpo e uma só carne, de modo que crescesse e gerasse descendentes. Logo, a família legítima para o cristianismo seria a nuclear. Sob essa ótica, Orlandi (1997, p. 171) afirma que “em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que esta relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente.” Isso se dá, portanto, nessa sequência, à medida que a FI - cristã articula-se à FD da marcha, de modo que produz um sentido muito mais restrito e que silencia as posições-sujeito que não se inscrevem nessa FI, por conseguinte, não se inscreveriam também nessa FD. Percebe-se, dessa maneira que “a ideologia não reside no conteúdo ocultado mas no próprio mecanismo de produção desse conteúdo” (ORLANDI, 2008, p. 130).

Se considerarmos as condições de produção do nome da Marcha, observaremos que deveria ter sido chamada de *Marcha de Desagravo ao Santo Rosário* (chamaremos aqui de SD0), isso porque Jango disse, no discurso do Comício, que “não é com Rosários que se combatem as reformas” e isso configurou, aos ouvidos da população da época uma afronta à fé católica, além do fato da suposta “fama” comunista de ódio ao cristianismo. Orlandi (1997) já afirma que “como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição de sujeito, ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos.” (p. 55). Dessa forma, percebe-se que, ao atualizar a SD0 em SD1, com *da família com Deus*, calam-se as outras famílias e seus possíveis deuses, o que, pelo não-dito significaria: *vocês não podem lutar pela liberdade*. Logo, configura-se um movimento de silenciamento, através do qual, pelo próprio discursos, outras posições-sujeito são vetadas da adesão ao movimento.

Seguindo essa lógica, nomearemos de SD3 (anexo 3) o trecho do cartaz que afirma “em defesa da fé, família e pátria”. Essa sequência endossa o que tem se tentado construir neste trabalho, isto é, reforça a ideia de exclusividade da fé em Deus como redentora de todos os problemas que o Brasil passa, principalmente os que os que estão listados, tais como educação, segurança, saúde, reformas tributária e judiciária, e contra a possibilidade de implantação do comunismo. Logo, percebe-se que a imagem do comunismo enquanto ameaça à liberdade dos brasileiros é o que majoritariamente fundamenta a produção desses discursos, e reforçam que “toda materialidade carrega em si um conjunto de traços discursivos que a conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma” (INDURSKY, 2013, p.92).

Nos discursos apontados, é possível observar a presença de elementos implícitos, como aponta Pêcheux (1999) “A representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerar que estes são sintagmas cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por essa memorização [...]” (*ibidem*, p. 12). O deputado Jair Bolsonaro chama atenção pela sua fala “Perderam em 1964. Perderam agora em 2016”, fazendo uma referência implícita à “ameaça comunista” que assombrava uma parcela dos brasileiros nos eventos pré-64 e como esta ameaça foi vencida com o golpe. Não à toa que muitos até hoje desconsideram a nomenclatura “golpe” para o ocorrido, resignificando-o ao chamá-lo de “Revolução de 64”, criando outros efeitos de sentido, sendo, assim, um discurso polissêmico.

Durante o governo do PT tivemos uma série de medidas a favor de grupos sociais minoritários, como os LGBTQ+. Assim, em 2004, o Governo Federal iniciou o projeto “Brasil sem Homofobia” no intuito de combater a discriminação e violência contra a comunidade LGBTQ+. No entanto, o projeto foi vetado depois de muitos protestos da parcela conservadora do Brasil e apelidado pejorativamente de “kit gay”. O MEC também foi vítima da ignorância do povo por conta do ENEM, acusando a prova de conter teor comunista por abarcar os temas discriminação racial, sexual e de gênero. Tudo isso acabou por levar a população conservadora a crer que o governo do PT planejava um complô contra a família tradicional conservadora cristã brasileira e o kit gay, assim como o MEC, eram instrumentos de caráter doutrinador a fim de “influenciar” crianças a se tornarem LGBTQ+.

Agora fica mais claro a que estes se referiam quando justificavam seus votos com o argumento de salvar a família. Orlandi (1999) explicita como o não-dito pode ser compreendido mediante os conceitos de memória e paráfrase. Os processos parafrásticos são compostos pela memória, isto é, são mantidos pelo interdiscurso, porque podemos fazer remissão a ele, e nos retratarmos para dizer o que foi dito de maneiras diferentes. Ou seja, o discurso dos deputados pode ser facilmente compreendido por aquele que se sentiu atacado pelas medidas anti-homofobia propostas pelo Governo Federal durante os anos em que tínhamos membros do PT na presidência do país.

Assim, é perceptível como a memória discursiva, ainda que sofrendo os efeitos do esquecimento, é importante para o entendimento de como os mesmos anseios passados, que a história já mostrou não levarem a nada, voltam a interpelar sujeitos nos dias de hoje. Já que é a antiga e cansada “ameaça comunista” que faz com que alguns, em pleno século XXI, venham a pedir a volta da ditadura e clamam por uma moral cristã que é, no seu íntimo, excludente e preconceituosa, ou seja, valores totalmente anti-cristãos.

Portanto, é nítido como as formações ideológicas concentram determinados tipos de dizeres e, mais ainda, como as formações discursivas são atualizadas por dizeres antigos e continuam a determinar o que pode e/ou deve ser dito. Esse jogo de memória nos parece quase como uma máquina do tempo, onde cometemos os mesmos erros do passado e caso não se mude certas concepções, a história irá se repetir como se andasse em círculos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

BRASIL. *20 horas na história: a longa sessão de admissibilidade do impeachment da Presidente Dilma Rousseff*. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/521102> Acesso em: 10 de dezembro de 2018

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: Indursky, F.; Mittmann, S.; Ferreira, M.C.L. (orgs.) *Memória e História na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

INDURSKY, F. *O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva*. Buenos Aires: Signo y Señal, p. 91-104, 2013. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5033390.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

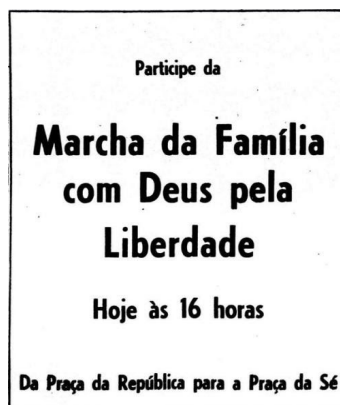
ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: PÊCHEUX, M. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

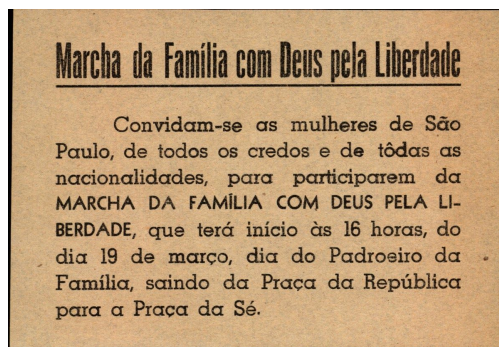
ANEXOS

Anexo 1 - Primeiro cartaz da Marcha



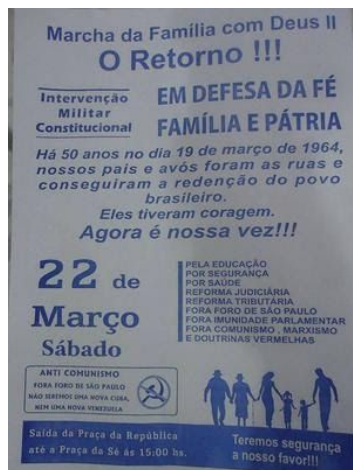
Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/2> Acesso em: 27/11/2018

Anexo 2 - Outro cartaz da Marcha



Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-em-19-de-marco-de-1964-0> Acesso em: 27/11/2018

Anexo 3 - Cartaz de 2015 sobre a Marcha



Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marcha_Pela_Fam%C3%ADlia_2014_cartaz.jpg#filelinks

Acesso em: 06/12/2018

Anexo 4 - transcrição da votação

FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE)

“O Brasil está mergulhado em graves crises: crise política, crise ética, crise social. [...] Que Deus possa nos iluminar! Não é hora de ter medo; é hora de ter coragem. É por isso que nós dizemos “sim” ao impeachment e “sim” ao Brasil.” (p. 53)

RONALDO MARTINS (Bloco/PRB-CE.)

“Pelo povo de Deus, em defesa da família, tão atacada por este Governo [...] o meu voto é ‘sim’.” (p. 220)

JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.)

“Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!” (p. 232)

Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/521102> Acesso em: 10 de dezembro de 2018